



DECLARAÇÃO

5º Encontro da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas do ParlAmericas
Enfrentando Desigualdades para Viabilizar a Ambição Climática: Uma Transição Justa para Alcançar o Acordo de Paris
4, 15 e 25 de junho de 2021 | Sessões Virtuais

Nós, parlamentares de 22 países¹ das Américas e do Caribe, nos reunimos virtualmente nos dias 4, 15 e 25 de 2021, com o apoio do Parlamento da República de Trinidad e Tobago e do Senado do México, para o 5º Encontro da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas do ParlAmericas - “Enfrentando Desigualdades para Viabilizar a Ambição Climática: Uma Transição Justa para Alcançar o Acordo de Paris.”

A reunião permitiu um proveitoso intercâmbio de experiências entre as e os participantes, incluindo um diálogo com representantes de organizações da sociedade civil e da juventude a respeito da importância do desenvolvimento de planos climáticos inclusivos e democráticos, de curto e longo prazo, que incorporem abordagens de interseccionalidade,² intercultural, e de gênero, a fim de promover uma transição justa para economias circulares com zero emissão de carbono e resilientes.

Sendo assim, uma transição justa como resposta às mudanças climáticas e às transformações necessárias para mitigação e adaptação aos seus efeitos, tem como objetivo planejar e investir em empregos, setores e economias ambientalmente sustentáveis e socialmente inclusivas.

Os diálogos revelaram que, após cinco anos da adoção do Acordo de Paris e, tendo em vista as consequências socioeconômicas e de saúde pública causadas pela pandemia de COVID-19, é de suma importância a intensificação dos esforços para aumentar e acelerar a ambição das Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs), incluindo estratégias para a asseguuração de uma transição justa e o alcance dos objetivos relacionados à transição para economias sustentáveis que favoreçam o bem-estar das pessoas e comunidades, sobretudo daquelas tradicionalmente marginalizadas e vítimas de desigualdades sistêmicas, bem como a proteção do meio-ambiente.

Diante do exposto acima e

RECONHECENDO:

¹ Os países participantes foram: Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Equador, Granada, Guiana, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, São Cristóvão e Nevis, Suriname e Trinidad e Tobago.

² [A interseccionalidade é uma ferramenta analítica que reconhece que a experiência das desigualdades sistêmicas é moldada por fatores sociais sobrepostos, tais como gênero, raça e classe social.](#)

1. Que, conforme estabelecido pelo Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), a mudança climática representa uma emergência global que transcende fronteiras nacionais, razão pela qual soluções coordenadas são necessárias em todos os níveis, incluindo a cooperação internacional para a transição em direção a economias com baixa emissão de gases de efeito estufa, como descrito no Acordo de Paris.
2. Que a luta contra a mudança climática implica uma transformação dos modelos atuais de produção e consumo para permitir um desenvolvimento mais sustentável e socialmente justo, que favoreçam economias resilientes e com baixa emissão de carbono, promovendo uma transição justa da força de trabalho para empregos verdes dignos e de qualidade.
3. Que a ciência climática e dados científicos são fundamentais para um processo decisório bem-fundamentado e o desenvolvimento de compromissos climáticos nacionais baseados em evidências para o alcance do Acordo de Paris.
4. Que existem acordos e instrumentos internacionais e regionais para reger a ação climática, tais como: o [Acordo de Paris](#), o [Plano de Ação de Gênero](#), o [Acordo de Escazú](#), o [Marco de Sendai](#), a [Declaração da Silésia](#), a [Agenda 2030](#), a [Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação](#), a [Convenção sobre Diversidade Biológica](#), bem como a [Conferência das Partes](#), cuja 26ª edição será realizada em novembro de 2021, após a Pré-COP26 que contará com uma Cúpula da Juventude para desenvolver propostas concretas sobre questões que dizem respeito ao processo de negociação da COP26.
5. Que, a pesar dos esforços empreendidos por nossos países para atenuar os efeitos da mudança do clima, é necessário aumentar a ambição climática e o orçamento para alcançar os objetivos estabelecidos no Acordo de Paris e, impedir que a temperatura média global aumente mais de 1,5°C em comparação com os níveis pré-industriais, o que teria consequências catastróficas, conforme alertas do [Relatório sobre o Aquecimento Global de 1.5°C do IPCC](#).
6. Que, conforme mencionado no Acordo de Paris, a ação climática e os impactos da mudança do clima estão intrinsecamente ligados à erradicação da pobreza e ao acesso igualitário ao desenvolvimento sustentável.
7. Que as pessoas afetadas por desigualdades sociais, econômicas, étnicas e de gênero são particularmente vulneráveis à mudança climática, sendo fundamental a incorporar abordagens interseccionais, interculturais e de gênero para evitar efeitos indesejáveis da implementação de políticas climáticas que podem agravar tais desigualdades.
8. Que, conforme abordado na [Declaração Intergovernamental sobre as Crianças, Jovens e a Ação Climática](#), adotada na COP25, crianças e adolescentes enfrentam riscos maiores e específicos devido à mudança climática, e que suas demandas e propostas por ação urgente e imediata para a atenuação dos seus efeitos devem ser refletidas nos planos climáticos dos nossos governos.

9. Que a transição necessária para desvincular emissões de crescimento econômico é um processo que requer a criação de novos setores, novos empregos dignos e sustentáveis, bem como novos investimentos públicos e privados para a promoção de economias sustentáveis inclusivas e resilientes.
10. Que é necessário que os planos climáticos dos nossos governos englobem políticas para uma transição justa e democrática, que crie as condições necessárias para mudanças em direção a economias com zero emissão de carbono, fortalecimento de sistemas de proteção social e garantia de oportunidades e empregos de qualidade para trabalhadores formais e informais.
11. Que a abordagem Ação para o Empoderamento Climático, no âmbito do Acordo de Paris e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (CQNUMC), oferece uma estrutura abrangente para educação, treinamento, conscientização social, acesso à informação, participação cidadã e cooperação internacional, que são aspectos fundamentais para o empoderamento de cidadãos e cidadãs no seu compromisso com a ação climática.
12. Que a maioria das emissões de gases de efeito estufa tem origem histórica em países desenvolvidos e que, conseqüentemente, as nações menos responsáveis por contribuir para as mudanças climáticas estão sendo desproporcionalmente afetadas por seus impactos, é necessário que os princípios de responsabilidades comuns, mas, diferenciadas, e respectivas capacidades, são respeitados e reconhecidos.

Nós nos comprometemos a:

1. Incorporar abordagens interseccionais, intergeracional, interculturais e de gênero em nosso trabalho legislativo, a fim de assegurar que políticas e planos ambientais e climáticos sejam inclusivos e lidem com as diversas desigualdades que afetam as populações mais vulneráveis, imbuídos do espírito da Agenda 2030 de não deixar ninguém para trás, assegurando que os custos e benefícios associados às políticas sejam compartilhados igualmente.
2. Promover diálogo social entre governos, empresas, sindicatos e trabalhadores para que possam chegar ao consenso para a criação de políticas e planos nacionais e legislação necessários para a garantia de uma transição justa, inclusiva e democrática para economias resilientes e com zero emissão de carbono.
3. Promover o desenvolvimento de políticas abrangentes e descentralizadas para uma transição justa que aborde a perda de empregos em setores não sustentáveis e os respectivos impactos nas comunidades afetadas, incluindo opções de treinamento e educação, sobretudo para trabalhadores informais e mulheres, oferecendo medidas de proteção social adequadas e proteção dos direitos trabalhistas da população afetada.

4. Estimular a incorporação de perspectivas, necessidades e conhecimentos tradicionais de povos indígenas e afrodescendentes em planos climáticos e, promover processos de diálogo e consulta no que tange ao bem-estar de grupos tradicionalmente marginalizados e historicamente excluídos, tais como os que vivem em situação de pobreza, portadores de deficiências, povos indígenas, afrodescendentes, indo-descendentes e descendentes de escravos, membros da comunidade LGBTI, deslocados e migrantes, no contexto dos esforços de atenuação dos efeitos da mudança climática.
5. Assegurar acompanhamento e supervisão política do desenvolvimento e implementação de compromissos vinculantes assumidos por nossos governos no âmbito do Acordo de Paris e por meio das Contribuições Nacionalmente Determinadas, assegurando que eles disponham da alocação orçamentária necessária e que sejam ambiciosos, desenvolvidos de forma participativa, incluam planos de transição justa e levem em consideração os impactos sobre diferentes grupos populacionais.
6. Incentivar nossos governos a tomar as iniciativas diplomáticas necessárias para garantir o cumprimento da meta coletiva definida na COP21 pelos países desenvolvidos de mobilizar 100.000 milhões de dólares por ano para ajudar financeiramente os países em desenvolvimento a alcançar os objetivos de mitigação e adaptação do Acordo de Paris, de acordo com o princípio de responsabilidades comuns mas diferenciadas referidas no seu artigo 2.
7. Promover a implementação da abordagem Ação para o Empoderamento Climático, promovendo a criação de espaços para a participação cidadã na discussão de questões relacionadas ao combate aos efeitos da mudança climática, garantindo estruturas legais para acesso a informações sobre o tema e instando nossos governos a fortalecerem a educação e a conscientização pública sobre mudanças climáticas e seus efeitos.
8. Promover a integração de perspectivas de gênero e direitos humanos a planos climáticos e, incluir estratégias de transição justa que contenham medidas para elevar padrões trabalhistas de empregos onde haja maior representação de mulheres, tais como os do setor de cuidado.
9. Desenvolver políticas macroeconômicas, industriais e trabalhistas que promovam investimento público e privado em setores economicamente sustentáveis e gerem empregos dignos ao longo de toda a cadeia de produção.
10. Instar nossos governos a incorporarem o desenvolvimento sustentável, a economia circular e abordagens de transição justa em planos macroeconômicos, políticas de crescimento e planos de recuperação pós-COVID-19.
11. Enfatizar a importância de estabelecer e fortalecer capacitações institucionais e técnicas, nos âmbitos regional e local, para impulsionar esforços para uma transição justa, sob o entendimento de que respostas descentralizadas que reconheçam as particularidades socioeconômicas de comunidades locais são necessárias.

12. Encorajar nossos governos a assinar a Declaração sobre Crianças, Jovens e a Ação Climática e implementar os compromissos nela contidos, principalmente no que tange à criação de espaços formais e periódicos para a participação de crianças e jovens em processos decisórios relacionados ao clima, incluindo sua participação política por meio de partidos políticos e em processos legislativos, incorporando suas perspectivas e contribuições na implementação do Acordo de Paris e nos processos de atualização das Contribuições Nacionalmente Determinadas.

Adotada em 25 de junho de 2021.